



DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: AS ATUAÇÕES DOS JOVENS EGRESSOS/AS DAS EFAS EM MOVIMENTOS SOCIAIS DA REGIÃO DO MÉDIO MEARIM - MARANHÃO

**Damião Solidade Santos
João Paulo Reis Costa**

Resumo

O desenvolvimento local é um dos princípios fundamentais das EFA's, sendo uma das finalidades buscada pelo processo formativo. Tendo por base a luta pela terra, os/as camponeses/as desenvolveram diversas estratégias de organização, entre uma delas a Educação do Campo cada vez mais permeada nos princípios e práticas agroecológicas. Este trabalho é fruto da pesquisa de mestrado em andamento. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo a partir do estudo de caso. A pesquisa de campo realizou-se nas Escolas Famílias Agrícolas (EFA's), localizadas no município de Lago do Junco, Região Médio Mearim, estado do Maranhão. Com os objetivos de caracterização na visão dos atores/as das EFAs sobre o conceito de desenvolvimento rural sustentável, enriquecida com as contribuições teóricas; Avaliar as atuações dos/as jovens egressos das EFA's em âmbito local e regional em Movimento Sociais, organizações governamentais, atividades autônomas, identificando as principais dificuldades para que após a formação de nível fundamental ou médio, o/a jovem rural, retorne para trabalhar junto a sua família e comunidade; Refletir sobre a permanência do jovem no meio rural e apontar possíveis caminhos (propostas) que pode ajudar o/a jovem a continuar no campo. Os resultados apontaram a eficácia da Pedagogia da Alternância, que os jovens egressos das EFA's têm dado a sua contribuição em prol do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural Sustentável. Educação do Campo. Pedagogia da Alternância.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA), tendo como título: "Os processos formativos por alternância dos jovens rurais e suas atuações no desenvolvimento local: o caso das EFA's do município Lago do Junco – Maranhão".

A pesquisa em seu conjunto teve por objetivo geral analisar os princípios da Pedagogia da Alternância, bem como a aplicação dos seus instrumentos pedagógicos nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA's), enfatizando os elementos teóricos e práticos da Educação do Campo e do Desenvolvimento Rural Sustentável.

No presente trabalho trazemos a reflexão de duas questões norteadoras da pesquisa: O que é o desenvolvimento sustentável na visão dos/as sujeitos/as da EFA? Como tem se dado a atuação dos/as jovens egressos das EFA's em prol do



desenvolvimento rural sustentável em âmbito local e regional? Identificando as principais dificuldades para que após a formação de nível fundamental ou médio, o/a jovem retorne para trabalhar junto a sua família e comunidade de origem, conforme objetiva a EFA.

O estudo de caso tem como referências duas Escolas Famílias Agrícolas – EFA's, uma de Ensino Fundamental e outra de Ensino Médio e Educação Profissional localizadas no município de Lago do Junco, estado do Maranhão.

Fazendo uso da pesquisa bibliográfica e dos resultados das entrevistas com 10 (dez) egressos (as) das EFAs do município de Lago do Junco apresentamos uma caracterização na visão dos atores/as das EFAs sobre o conceito desenvolvimento rural sustentável, enriquecida com as contribuições teóricas.

No empírico avaliamos a atuação dos/as jovens egressos das EFA's em âmbito local e regional em Movimento Sociais, organizações governamentais, atividades autônomas, identificando as principais dificuldades para que após a formação de nível fundamental ou médio, o/a jovem rural, retorne para trabalhar junto a sua família e comunidade.

Refletirmos sobre a permanência do jovem no meio rural e apontamos possíveis caminhos (perspectivas) que podem ajudar o jovem a continuar no campo.

A atuação sócio profissional dos jovens se dá sobretudo em um conjunto de experiências de Poder Local desenvolvidas por um conjunto de organizações dos agricultores/as na Região do Médio Mearim - Maranhão.

O artigo divide-se em cinco seções, a saber: introdução; a diversidade de conceitos de desenvolvimento (sustentável, local); breve apresentação dos movimentos sociais e o contexto regional; descrevemos a atuação dos egressos/as, as principais dificuldades enfrentadas pela juventude rural, a contribuição voltada para desenvolvimento rural sustentável e as possibilidades de caminhos que ajudem na permanência do/a jovem no campo; e breves considerações.

2 A DIVERSIDADE DE CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Compreendermos o Desenvolvimento Sustentável, um conceito multifacetado, que todas às pessoas falam, no entanto, na prática têm diferenças significativas, que leva em conta o grupo social e os interesses de cada pessoa ou organização.



Por exemplo, os (as) trabalhadores (as) rurais têm ao longo dos anos de luta pela terra, tem apresentado uma proposta de desenvolvimento local sustentável fundamentado na Agricultura Familiar e a Agroecologia, que têm como princípios básicos: a pequena produção familiar, segurança alimentar, práticas agroecológicas, organização dos (as) agricultores (as) em associações ou cooperativas, agricultura sustentável, nova relação entre homens, mulheres e a natureza (gênero e meio ambiente).

Por outro lado, a maioria dos madeireiros¹, fazendeiros (as), e empresários (as) praticam um desenvolvimento que valoriza, sobretudo, o aspecto econômico, sobrepondo os aspectos sociais, ecológicos e humanos. A partir da matriz produtiva do Agronegócio.

Para os que pesquisam a relação educação/ trabalho/desenvolvimento e para os que atuam no interior da escola, nos diferentes níveis e modalidades de ensino e de formação técnico-profissional ou para aqueles que atuam como agentes educativos no campo ou nos movimentos sociais abre-se um amplo leque de questões ou inquietações. Perante a crise dos processos de desenvolvimento, mormente a questão estrutural do trabalho, que desafios, enfrentam os povos do campo ao assumirem a organização e gestão de escolas com projetos de educação popular voltados para o desenvolvimento local? Essas questões, tantas outras, revelam a grande complexidade que assume, hoje, a relação da educação com o desenvolvimento. Todavia é importante refletir que apesar das concepções neoliberais em educação, há significados alternativos em circulação (ALMADA, 2005, p. 59).

Concordamos com Francisco Almada que mesmo diante do cerco se fechando pelas ações neoliberais que cada vez mais ameaçam a Educação Pública. A Pedagogia da Alternância, a Educação Popular há quase cinquenta anos resistem e se propõe como alternativa ao modelo hegemônico. Sigamos a caminhada através da Educação do Campo: “Direitos de todos/as, dever do Estado”.

2.1 O conceito de Desenvolvimento na visão dos teóricos

O pesquisador José Eli Veiga (2008) na busca do entendimento sobre “o que é o desenvolvimento” nos oferecem três tipos básicos de resposta. Primeira, é a mais frequente e simplista que trata desenvolvimento como sinônimo do desenvolvimento econômico. A

¹ O termo madeireiro designa os homens proprietários de madeireira. A mulher tem uma participação diminuta, neste tipo de atividade. A denominação madeireira é utilizada para designar o nome jurídico e/ou sede da empresa que atua em atividade de exploração de madeira.



segunda afirma que o desenvolvimento não passa de rede de ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica. Essas duas correntes preferem a expressão desenvolvimento econômico em vez da fórmula sintética, e mais correta, desenvolvimento. A terceira se refere ao Desenvolvimento Sustentável.

O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem as suas escolhas. E, ultimamente, o Relatório do Desenvolvimento Humano tem insistido que essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde da proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia (VEIGA, 2008, p. 81).

Reconhece que a melhor forma sintética para dizer o que é desenvolvimento é apresentada pelo renomado Celso Furtado:

O *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; o já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser a condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, crescimento metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO 2004, p. 484 apud VEIGA, 2008, p. 81 - 82).

Da mesma forma que o referido autor e outros/as pensadores/as recusamos as duas referidas propostas e defendemos um caminho mais desafiador e bem mais difícil de ser trilhado que é o do Desenvolvimento Sustentável e da Agroecologia.

Há um novo requisito que exige ajustes em ultrapassadas concepções do desenvolvimento: a sustentabilidade ambiental do crescimento e da melhoria da qualidade de vida. Trata de um imperativo global que chegou para ficar, em virtude da percepção de que a biosfera, em níveis global, regional, nacional e local, está sendo submetida a pressões insuportáveis e prejudiciais para o próprio desenvolvimento e as condições de vida (VEIGA, 2008, p. 187).

Na década de 1980 no âmbito das Nações Unidas (ONU) foi gestado um documento denominado Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland (1987) e ampliado na ECO 92 buscando conciliar desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e buscando o fim da pobreza no mundo. Considerando o referido documento Desenvolvimento Sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidades de gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

Nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) o desenvolvimento local é um dos princípios fundamentais, sendo uma das finalidades buscada pelo processo formativo da EFA. Portanto, as EFAs atuam neste rumo.



O desenvolvimento local. Indissociavelmente unido à formação integral, é uma consequência e uma necessidade. Se o meio não progride, não se desenvolve, os jovens que aí vivem e se formam se veem obrigados a sair. Os CEFFAs fazem com que os jovens e adultos em formação se convertam em atores do seu próprio desenvolvimento e do território em que se encontram. Para alcançar essas finalidades, dispõe-se dos seguintes meios: o sistema pedagógico da Formação em Alternância e a associação local (PUIG-CALVÓ & GIMONET, 2013, p. 36).

A EFA considera em seu Plano de Formação (Projeto Político Pedagógico), o desenvolvimento rural sustentável, visando contribuir na promoção deste nos seus aspectos: técnico, econômico, social, político e cultural, agindo com suas ações formativas. Inspirados em associações associativas e cooperativas para que se construam uma perspectiva solidárias entre as pessoas, e possam garantir condições de vida digna para todos (as), sem desigualdade, onde o aspecto humano é mais importante que o econômico.

O princípio do desenvolvimento sustentável está presente no Plano de Formação da EFA, conforme preconiza o artigo 4º da resolução do CNE/CEB 1/2002:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com a qualidade social, constituir-se à num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o **desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável**. (Grifos nossos).

O conceito de Desenvolvimento, aqui em discussão, leva em conta o aspecto da participação presentes de diversas formas e níveis a partir da Associação da EFA, bem como as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais presentes na construção do conhecimento e na produção de alimentos subjacentes na Pedagogia da Alternância conforme proposto:

Desenvolvimento local é aqui compreendido sob a lógica da participação e mobilização popular. É a base de conversão de propostas em práticas efetivas, preponderando o fortalecimento das decisões dos atores sociais envolvidos e sendo capaz de gerar dimensões de mudanças sociais, crescimento econômico, preservação cultural e ambiental e possibilitando transformações: intelectuais – que traduzam e valorizem o saber sobre a realidade do sujeito e do seu coletivo; produtivas – com a adoção de práticas sustentáveis e que ressaltem o saber gerado com base em sua realidade produtiva; conscientizadoras – das potencialidades do mundo rural e do seu coletivo, bem como impulsionadoras de seus níveis participativos e organizacionais (CALIARI, 2002, p. 22).



2.2A concepção de Desenvolvimento na visão dos atores das EFAs

Como podemos perceber as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, sugere que o Projeto Político Pedagógico da Escola, deve articular uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade, onde os aspectos sociais e econômico sejam corretos e respeite o aspecto ecológico. Esta visão pode ser identificada no depoimento do jovem Jessé Lima da Silva que atua na Associação de Jovens Rurais (AJR):

O desenvolvimento que... quando a gente fala em desenvolvimento sustentável, sobretudo desenvolvimento sustentável na área rural, a gente lembra da especificidade das pragas, mas o desenvolvimento sustentável engloba todos os aspectos, seja ele político, social, econômica e as questões ligadas a terra também. A gente sabe que as questões ligadas a terra é a base, e aí que não se limita apenas a base, é precisa ocupar outros espaços, outras dimensões. E que seja ela na saúde, na educação, na democratização da terra, na democratização do ensino e das políticas, seja elas políticas públicas e partidárias também, isso está inserido. E quando se trata do desenvolvimento sustentável, é todo esse conjunto, que há também esse envolvimento dos movimentos sociais, das pessoas, da sociedade civil, da igreja, de todos os sujeitos que vivem no campo, que não se trata apenas de certo grupo, mas de um conjunto total do campo. E que também está relacionada a questões o meio ambiente. O meio ambiente também é importante ser frisado, porque é uma questão que está polêmica hoje no mundo, a gente sente isso (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

Vejamos a definição que sobre a Desenvolvimento Sustentável concebida por Gracileia de Brito Souza da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA). A técnica, que é egressa de escola por alternância, efetua o acompanhamento dos estudantes da EFAs em estágio de práticas agroecológicas:

o desenvolvimento sustentável, assim, ele tá... é bem difícil da gente falar assim, porque é uma questão bastante complexa, né? Mas eu acredito que o desenvolvimento sustentável ele envolve vários aspectos, né, a questão social, ambiental, a política... a econômica, e... e assim, ela pode tá... a cultural também né? Porque assim, se você tem, por exemplo, a questão econômica, mas se você não está preocupado com a questão ambiental, acho que isso não é um desenvolvimento sustentável. Se você só se preocupa com a questão social, mas não se preocupa com a questão política, isso também não é. Então assim, é... é uma cadeia que uma coisa vai ligando outra (Entrevista concedida em 14 de outubro de 2016).

É possível observar que na concepção sobre Desenvolvimento Sustentável da técnica egressa emerge da sua fala as dimensões fundamentais da Agroecologia, os aspectos políticos e sociais e não somente os econômicos.



O egresso Vicente Gomes Damascena Filho que atua na parte produtiva do CEFFA Manoel Monteiro associa o conceito com a questão da produção de alimentos para sustento da família.

O desenvolvimento sustentável eu entendo bem assim, que a partir do momento que você consegue auto se sustentar, você consegue produzi pra você tê uma qualidade de vida assim melhor, que você consegue produzi no espaço, e depois você produzi naquele mesmo espaço tirando seu sustento e pra alimentação da sua família, então é uma produção sustentável, quando você trabalha mesmo assim em harmonia com o meio ambiente, com a natureza, quando você respeita, porque a natureza ela tem muito a oferece mas pra isso a gente também tem que oferecer muitos também pra natureza né, pra que ela possa retribuir com alimento que é o que satisfaz as nossas necessidades (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

Na mesma linha Rones Silva Santos que trabalha com criação de gado e de forma autônoma presta serviços de georeferenciamento rurais. “Pra mim é aproveita o máximo o que tem na região né, sem vim nada de fora né. É pra mim o conceito que eu tentaria dá seria isso né, usa os recursos naturais que tem na região” (Entrevista concedida em 13 de outubro de 2016).

Na perspectiva do documento Nosso Futuro Comum ou Relatório Brudtland (1987) Felipe Silva Santos se preocupa com as gerações futuras e a questão ambiental.

É... pra mim hoje, a questão do desenvolvimento sustentável, é... eu procurar uma forma de trabalhar, né, visando é... o futuro, né, é eu trabalhar, ter minha produção, mas é pensando daqui há 10, 15, 20 anos, nas outras pessoas, né, também vão estar trabalhando nessa mesma terra, né, pra ter a mesma produção, sem destruir muito o meio ambiente, é... degradando o mínimo possível, né, usando o mínimo e agrotóxico, né, queimando o mínimo possível, com essas práticas, utilizando essas práticas (Entrevista concedida em 13 de outubro).

Em função da metodologia fundamentada na Pedagogia da Alternância utilizada pelas EFAs tendo como um dos princípios o Desenvolvimento Local, este no qual se constitui em um dos objetivos de todo o processo formativo. Percebemos a concepção bem clara de Desenvolvimento dos egressos, na qual é base para as práticas produtivas e sociais na família e comunidade.

O quarto pilar que caracteriza e sustenta uma Escola Família Agrícola é sua preocupação com questões voltadas para o desenvolvimento local e sustentável. A busca constante das EFAs em promover o desenvolvimento das comunidades locais é uma das principais características, pois foi este desejo de desenvolvimento local que fez as experiências educativas pautadas na Pedagogia da Alternância surgirem na França e se expandirem-se para outros países (UAEFAMA, 2016, p. 10).



3 BREVE APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA REGIÃO DO MÉDIO MEARIM - MARANHÃO

Para melhor compreensão apresentamos a seguir os Movimentos Sociais criados pelos/as agricultores/as na Região do Médio Mearim - Maranhão, nas quais ocorrem a atuação profissional ou de militância dos jovens egressos das EFAs, e que se constitui em um conjunto de experiências de Poder Local.

Para Maria da Glória Gohn (1997, p. 20) enquanto houver desigualdades e exclusão social, haverá Movimentos Sociais “Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos”.

Os Movimentos Sociais têm criados uma série de instrumentos de resistência e defesa dos seus territórios.

Movimentos Sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 1997, p. 251).

Assim como Ladislau Dowbor acreditamos que é viável à implementação do Poder Local “quando uma comunidade de famílias decide organizar as suas condições de vida de forma humana, isso é possível”.

Em resposta aos absurdos crescentes que encontramos na favela, no latifúndio e na fumaça das cidades congestionadas, surge com grande força, nas últimas décadas, uma tendência de as pessoas se organizarem para tomar em mãos, se não os destinos da nação, pelo menos o destino do espaço que as cerca (DOWBOR, 2008, p. 12).

A organização sindical mesmo sobre forte tutela e excessivo controle do Estado Nacional se reconstrói, em busca de superar seus limites legais e apenas reivindicatórios, assumindo uma postura política e de engajamento em prol dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos posseiros, empobrecidos e expropriados. Somado a isso umas profusões de outros movimentos também surgem para promover a participação de mulheres, indígenas, povos da floresta, das águas, negros, movimentos em defesa do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, e da agroecologia.



3.1 Contexto Regional

Na tentativa de melhor situar o contexto que a investigação se estabeleceu, é preciso esclarecer que a região do chamado Região “Médio Mearim Maranhense”, é um palco histórico de muitas lutas de trabalhadores e trabalhadoras em prol de seus direitos e sua cidadania digna, em torno de alcançar um pedaço de terra para trabalhar, produzir e sobreviver com suas famílias que remonta o período colonial.

povoados que remontam ao tempo da escravidão, onde descendentes de escravos, ainda rememoram acontecimentos, vivenciados por seus pais, do tempo que designam como *tempo do cativo*. Após a desagregação das fazendas de algodão, que predominaram nos séculos XVIII e XIX, com a formação de um campesinato livre, os ex-escravos, autodesignados *pretos*, permanecem nas terras, cultivando a mandioca, o arroz e o feijão, em domínios doados, comprados ou ocupados efetivamente, com ou sem autorização de terceiros (MARTINS, 2012, p. 60).

Em relação à estrutura agrária a formação que remete, inicialmente à desagregação de fazendas de algodão e, posteriormente, para deslocamento de frentes de expansão que partiram principalmente dos estados do Ceará e Piauí na primeira metade do século XX, e ocuparam as terras livres com base no trabalho familiar.

Por exemplo o município de Lago do Junco foi povoado e teve sua fundação em 1925, com a chegada de migrantes, os quais buscavam terras férteis para a agricultura, que informados da expansão da Região do Mearim, aqui se fixaram, na tentativa de desenvolver a lavoura. No início não existiam estradas e por isso a produção agrícola era escoada por tração animal. O primeiro automóvel a circular na região chegou somente por volta de 1946-1948.

O estado do Maranhão viveu seus tempos de produtor de alimentos, tendo como carro chefe o arroz.

A partir da década de 1950, o arroz passava a competir no mercado nacional. A economia maranhense começava a se articular com o capitalismo industrial, que se desenvolvia no Centro Sul, no momento que a expansão do sistema capitalista no Brasil tinha como locus principal a região sul comandada por São Paulo (BARBOSA, 2006, p. 82).

Já a partir de 1970 e anos 1980 até o presente momento vive a fase agropecuária, atividade hegemônica no processo econômico da região.



Em nome dos grandes projetos agropecuários subsidiados por órgão do governo a grilagem se formava corriqueira nesta região que mais tarde, será reconhecida como área de influência do Projeto de Ferro Carajás. (...) Os dados levantados pelo IBGE (1990) mostram que, nesse período a pecuária maranhense se quadruplicou sobre tudo na região do Mearim (BARBOSA, 2006, p. 86).

Nos fins dos tempos ditatoriais, em intensa luta pela terra e o forte processo migratório ainda em curso, os/as camponeses/as se organizam em organizações políticas, econômicas e educacionais para garantir o processo de resistência ao latifúndio, buscando garantir o livre acesso aos babaçuais para muitos a principal fonte de renda, o direito de ter sua roça fonte produtiva de alimentos. A educação diferenciada e contextualizada ofertada pelas EFAs também surgem como um instrumento de luta. Segmentos progressistas da Igreja Católica, no caso da Região do Médio Mearim os Franciscanos vão atuar como um dos principais parceiros de apoio e mediação.

(...) um incentivo à pecuária, que ocasionou o acirramento das tensões entre pretensos proprietários e aqueles que se dedicavam à atividade agrícola. Essas medidas desembocaram em sérios conflitos, exigindo uma nova intervenção, dessa vez para desapropriar tais áreas. Esses conflitos, que se desenrolaram nos anos 80, se deram em função da venda das terras públicas, quando houve um aumento das taxações pela utilização da terra e o cercamento das áreas devastadas, o que impedia o livre acesso aos babaçuais. Destarte, as desapropriações não devem ser analisadas como uma dívida da política governamental, pois são frutos da luta, onde vidas foram perdidas. Em alguns povoados, o período do conflito foi longo, durando mais de dez anos (MARTINS, 2012, p. 33 - 34).

O Estado ditatorial impôs à nação políticas econômicas e sociais centralizadas, e na Amazônia engendra uma lógica de desenvolvimento integrado da fronteira agrícola, através de incentivos fiscais, com foco especial na criação extensiva de gado, na exploração madeireira e na mineração, com explícito favorecimento as empresas industriais, bancárias e comerciais, orientadas para exportação. Os fazendeiros tradicionais locais e migrados, grileiros, grupos políticos e agentes do estado, não deixaram de compor o espectro social que agia para consolidar os negócios pela propriedade da terra como o reserva de valor, em torno de território tão estratégico.

A implantação do Projeto Grande Carajás e na atualidade os grandes projetos têm provocado:

as mudanças econômicas, sociais e políticas que vão desde a exploração intensiva de recursos naturais, sustentada por uma política governamental socialmente perversa à exploração e desorganização do espaço da

pequena produção maranhense acelerando os processos migratórios campo-cidade (BARBOSA, 2006, p. 89).

A política dos Grandes Projetos continua ativa na região em vigor os desdobramentos dos projetos de mineração da Vale, que a partir da exploração da mina de ferro em outros minérios (cobre, ouro) em Carajás – Parauapebas, estado do Pará e outros municípios, atividades que envolvem a duplicação da ferrovia de São Luís – Parauapebas (Estrada de Ferro Carajás – EFC), Porto de Itaqui, implantação de refinaria entre outros.

3.2 Rede de Organizações Sociais Camponesas

As ações educativas da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA) a partir das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), e as atividades políticas e econômicas desenvolvidas pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) através de associações e cooperativas constituídas por camponeses/as, são consideradas contra hegemônica e com características de democracia participativa, constituindo em uma espécie de Poder Local.

Tratam-se, portanto, de movimentos sociais pluritemáticos que percebem o território em suas diferentes dimensões (cultural, econômica, social, ambiental e cultural). Utilizam táticas de pressão para influenciar as políticas públicas voltadas para a educação, saúde, assistência técnica, políticas de crédito, direitos políticos, sociais e étnicos. Inspirados nos princípios agroecológicos, esses movimentos investem em sistemas produtivos capazes de recuperar e preservar os recursos naturais e apostam no mercado segmentado, atualmente denominado de Economia Solidária (ARAUJO, 2013, p. 71).

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), fundada em 1989. Tem uma abrangência Regional, é uma espécie de organização mãe ou tronco formada por uma rede de organizações.

Dentro da linha temática da segurança alimentar e economia solidária, a ASSEMA estimula o associativismo e o cooperativismo, em redes, disseminando o consumo ético de produtos agroextrativistas e o uso da floresta de babaçu, apoiando as organizações locais, na comercialização de produtos específicos, como: óleo orgânico para cosméticos e torta de babaçu para alimento animal, produzido pela COPPALJ; mesocarpo do babaçu para alimento humano, pela COOPAESP; sabonete de babaçu e papel reciclado com fibra de babaçu, pela AMTR; artesanato de babaçu, pela AJR; azeite de coco babaçu, licor e compota de frutas, produzidos por grupos informais (ARAUJO, 2013, p. 141 – grifos nosso).



A Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), institucionalizada em 1989. Vinculada ao Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Tem como principal bandeira de luta o livre acesso aos babaçuais e visando a geração de renda.

O MIQCB encontra-se estruturado em seis regionais: Médio Mearim, Baixada Maranhense e Imperatriz, no estado do Maranhão; Pará; Tocantins e Piauí. Ao longo dos seus 20 anos de existência, o movimento tem se apresentado como importante sujeito nas lutas pela preservação dos babaçuais, denunciando os 'processos de devastação' e apoiando iniciativas de outras organizações consideradas parceiras, a exemplo da ASSEMA, que vêm investindo em iniciativas econômicas sustentáveis (ARAUJO, 2013, p. 143).

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COOPPALJ), fundada em 1991. Agrega as cantinas tem a responsabilidade pela organização econômica baseados nos princípios da Economia Solidária.

A Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR) iniciou o movimento em 1998, registrado em cartório 2002.

A Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA) criada em 2006, é originária do movimento de Animação que nasceu em 1986 a partir da iniciativa e liderança do Frei Klaus Finkam. Importante parceira das EFAs. É uma das organizações pioneiras que assessorou na criação de organizações camponesas.

A União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA), criada em 1997. Tem como filiais: a Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco (AEFALJ), fundada em 15 de novembro de 1995 e a Associação do CEFFA Manoel Monteiro (ACEMEP) criada em 2005, instituições legais das EFAs de Lago do Junco.

A UAEFAMA, ASSEMA e as demais organizações aqui descritas nasceram no âmbito da luta dos/as camponeses/as frente ao latifúndio e há mais de vinte anos tem atuado acreditando em um desenvolvimento local sustentável.

Após a conquista da terra, nos anos 1980 – 90, as famílias de trabalhadores rurais mulheres quebradeiras de coco babaçu, da região do Médio Mearim, iniciaram um processo de organização social política e econômica, institucionalização de formas organizativas, segundo os princípios do associativismo e do cooperativismo (ARAUJO, 2013, p. 140).

Com uma breve apresentação da ASSEMA e UAEFAMA esperamos contemplar as organizações acima citadas.



A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão² (ASSEMA) é uma organização social, criada em 1989, liderada por agricultores (as) familiares rurais e extrativistas do coco babaçu. Tem por missão “desenvolver estratégias para a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas, através da luta pela ampliação do acesso ao direito à Alimentação, à Educação e ao exercício amplo e democrático da Cidadania” trabalham em rede, numa abrangência territorial de 18 municípios da região do Médio Mearim, com sede em Pedreiras. Desenvolve os programas: Programa Agroextrativista de Produção Integrada (PAPI), Programa de Comercialização Solidária (PCS) e Programa de Formação e Acesso a Direitos (PFAD), que são desenvolvidos com assessoria técnica de equipe multidisciplinar em conjunto com as famílias associadas.

De caráter regional, a ASSEMA hoje tem, entre os seus associados, associações de mulheres extrativistas e quilombolas, associações de assentamentos, cooperativas, sindicatos rurais, associações de jovens e grupos produtivos informais dos municípios de **Lago do Junco**, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga do Maranhão, Pedreiras e Peritoró. A entidade investe na organização das famílias em dimensões: social, política, econômica, ambiental e cultural, priorizando, em suas pautas, a produção com base na agroecologia, a comercialização qualificada como solidária e debate questões ambientais, de gênero, de geração e étnicas (ARAUJO, 2013, p. 140 – grifos nosso).

A União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA) criada em 1997. Tem por missão “promover o Desenvolvimento Sustentável e Solidário e através do apoio e incentivo às Escolas Famílias Agrícolas nos seus trabalhos de formação de crianças, jovens e adultos e assistência às famílias envolvidas seguindo os princípios da Pedagogia da Alternância” é organização regional das EFAs filiada à União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) e a Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (AIMFR). No estado do Maranhão a Pedagogia da Alternância teve início com a primeira EFA em Poção de Pedras em 1984, logo se expandindo por vários municípios.

No estado do Maranhão além da UAEFAMA tem a ARCAFAR outra organização regional que trabalha com a Pedagogia da Alternância, que tem sede em São Luís – Maranhão e possuem 18 CFRs filiadas. Em 1996 foi criada a primeira Casa Familiar Rural (CFR) em Coquelândia – Imperatriz e depois se espalhou por outros municípios maranhenses. Conforme o relato de experiência da Coordenadora Pedagógica Sandra Brambati:

² <http://www.assema.org.br/>



A Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Nordeste e Norte do Brasil teve início com suas atividades no ano de 2002 [...]. Com passar dos anos esta organização tem demonstrado um grande avanço na sua organização institucional e pedagógica, melhorando e aumentando o número de jovens nas CFR's. Estas Casas Familiares Rurais trabalham o curso de Ensino Fundamental com Orientação Profissional e com o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnico em Agropecuária dentro da Pedagogia da Alternância e Educação do Campo (BRAMBATI, 2011, p. 47).

Segundo informações repassadas por Marleide Alves das Neves- Assessora Pedagógica da UAEFAMA as EFA's são 19 filiadas à UAEFAMA – com sede em Bacabal, situadas nos seguintes municípios: Vitorino Freire, Sucupira do Norte, Grajaú, Turilândia, Lago do Junco, São Luís Gonzaga, Turiaçu, Codó, Pio XII, Paulo Ramos, Capinzal, Anajatuba, Bela Vista, Lago da Pedra, Balsas, Morros, Cantanhede, Humberto de Campos. Perfazendo um total 1.800 alunos/as e 131 educadores/as envolvidos/as.

Para finalizar esta apresentação uma breve descrição das duas EFAs onde foi realizada a pesquisa de campo, as associações são filiadas a UAEFAMA e UNEFAB.

A Escola Família Agrícola Pedro Fontenelle (EFAF), localizada no Povoado São Manuel, Lago do Junco oferta o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Iniciou seu funcionamento em 1996. Está instalada em uma propriedade rural de 30 hectares das que 10 foram doadas por um assentamento vizinho. Já conseguiu formar 227 jovens, de 17 comunidades, dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e Bom Lugar. Atualmente, tem 73 alunos/as (estatística final de 2016). Objetivos da EFAF é o acesso à educação integral que atenda tanto a formação técnica como a social e política, para desenvolver uma ação educativa voltada para a realidade do meio rural com a participação das famílias e comunidades, mantendo vivos os princípios da Pedagogia da Alternância.

O Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFA) Manoel Monteiro tem por lema “Educar e Produzir”, oferece ensino médio integrado à educação profissional com formação de técnico em agropecuária, é uma escola autorizada e reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA). Localizado na Comunidade Pau Santo, Lago do Junco a partir do ano de 2003 as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e entidades populares iniciaram uma articulação que culminou na fundação, em 24 de junho do ano de 2005, da Associação do Centro Familiar de Formação por Alternância de Ensino Médio e Profissionalizante (ACEMEP). No mês de



julho do ano seguinte iniciaram-se as aulas com uma turma de 53 alunos/as. Atualmente já são quase 200 egressos/as. E tem 177 jovens em formação (matrícula inicial 2017).

4 AS ATUAÇÕES DOS JOVENS DAS EFAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Uma das **principais dificuldades** é ausência de política pública que financie ou proporcione condições financeiras para que o/a jovem egressos/as das EFAs implemente projetos produtivos ou sociais no âmbito familiar e comunitário.

Um exemplo para ilustrar esta situação é da Verônica Barbosa Matos “Vera” que trabalha na secretaria Municipal de Agricultura de Lago do Junco.

Só que assim, quando a gente vem, a gente concluiu o curso na EFA, em casa, na família, é muito difícil porque a gente precisa de recurso, né? Para poder investir. Aí a expectativa da gente logo se acaba aí porque como é que a gente vai ir trabalhar sem ter de onde tirar para poder investir naquelas atividades né? Aí a gente vai lá, eu vou trabalhar, primeiro eu vou trabalhar, depois eu venho para casa, eu vou investir nas atividades que eu vejo que vai dar certo, mas aí a gente vai trabalhando, vai trabalhando, e aquilo vai fluindo né, para frente, a gente acaba esquecendo de casa. A gente pensa em trabalhar, a, eu vou trabalhar, eu vou mandar recurso para o meu pai, eles vai investir nos meus irmãos que estão em casa, mas só que aí acaba, né. A expectativa da gente é as dificuldades em recursos para a gente poder implantar nas atividades. Sendo que a gente já tem um começo né, tem, a maioria das famílias algumas pessoas já têm alguma prática, alguma atividade, aí se torna mais fácil. Mas no meu caso foi mais complicado por causa disso né. Porque a mãe quebrava coco, o pai trabalhava de roça ia querer implantar uma atividade não tinha dinheiro para poder investir, aí ele, não, eu vou trabalhar primeiro, depois eu venho para casa (Entrevista concedida em 12 de outubro).

Para o êxito do processo formativo e uma forma de minimizar as dificuldades em vista de cumprir o ciclo de idas e vindas da Pedagogia da Alternância é necessária e fundamental a participação da família. Como expressada pelo egresso Vicente Gomes Damascena Filho que atua na função de monitor no CEFFA principalmente na gestão da produção da propriedade da Escola.

falta de um bom diálogo entre a família, porque quando é uma família de base, uma família que tem, que são estruturado nessa, na conversa, quando o filho ele tem alguma formação ele tenta mostra lá junto com a família e desenvolve alguma prática né, mas quando a família é cada qual por si, se torna muito mais difícil porque o filho, a família não conversa em casa, ele vai pra escola, ele aprende o que os livro coloca pra ele né, o que o professor passa, muitas vezes o professor também não passa coisas que como é que é pra ser correto, ele vai aprender aquilo dali, então ele já, a



mentalidade dele já é de ganha dinheiro né, então apenas ele vai aprende a sê uma ferramenta de trabalho né, mas quando é uma família que tá engajada na educação do filho isso acontece diferente, porque a família vai conversando, mesmo que o filho chega em casa "pai, hoje eu aprendi que é interessante que a gente faça isso pra pode ganha dinheiro", mas o pai diz "mas trabalhando aqui na minha propriedade você também tem como você também auto se sustentar né". (Entrevista concedida em 12 de outubro).

Os jovens egressos das EFAs a partir de suas atuações em movimentos sociais, organizações governamentais e na exploração da propriedade rural tem dado a sua **contribuição em prol do Desenvolvimento Rural Sustentável.**

Ronis Silva Santos reconhece a importância Igreja Católica na luta pela terra, a fé continua acesa através dos cultos, mutirões e outras atividades.

a gente aqui na comunidade, somos desde a luta da terra que foi graças a igreja católica né, apostólica romana, e aos padres da vice província aqui da nossa região, da nossa diocese, sempre continuo e continua né, a questão da nossa igreja né, só que antes era só um dirigente né, era um tipo um monopólio né, e de certo, de 5 anos pra cá, a gente formou uma equipe de liturgia né, então a cada domingo a gente tem uma equipe nova né, celebrando, pra não fica aquela coisa monótona e a gente também tem o conselho da comunidade né, e hoje eu faço parte do conselho de finanças né, sou tesoureiro da nossa igreja, da nossa comunidade. E eu acho que só temos a ganha com isso porque cada domingo uma pessoa diferente, uma metodologia diferente atrai mais fiéis né, pra nossa igreja (Entrevista concedida em 13 de outubro).

Nas EFAs é um dos principais espaços encontrados pelos egressos para atuação profissional de forma remunerada ou voluntária, é um ambiente que permite a troca de conhecimentos conforme reconhece Vicente Filho monitor do CEFFA.

A minha contribuição porque hoje eu trabalho com jovens, filhos de agricultores também, não todas também são filhos de agricultores né, mas só que a gente contribui dessa forma, a gente mostra pra eles como é que é feito os trabalho, como é que se conduz todas essas atividade, as prática que eu já vivenciei né, o que eu aprendi também em sala de aula vou colocando, a gente, aqui simplesmente o professor dizê, não, eu sou o amigo, sou o conselheiro desses menino né, porque como eu aprendi eu também fico muito grato, assisto também hoje os menino que são, não vô dize nem meus alunos, são meus parceiros, eles possa também trilhar nesse mesmo caminho, que eles possa também dá continuidade o trabalho que hoje eu venho fazendo, que ele possa também ajuda a família dele, lá no meio onde ele tá inserido, que ele possa mostra as inovações que ele adquiriu na escola, que ele possa leva pra família e desenvolve e consegui tê um meio de sustento lá na comunidade né, tirando o sustento da própria propriedade (Entrevista concedida em 12 de outubro).



Experiências como as EFAs, permitem aos sujeitos do campo uma reflexão coletiva sobre determinadas temáticas para serem debatidas dentro da comunidade como os processos de luta pela terra, as reivindicações pela consolidação da Educação do Campo ou as ações de economia solidária e de desenvolvimento sustentável. O desafio é a busca por alternativas mais sustentáveis de produção agrícola, práticas agroextrativistas e o fortalecimento da agricultura familiar. A participação coletiva desses atores proporciona um diálogo entre os saberes tradicional e científico, que tem como eixo de ligação o Plano de Estudo (PE) e um conjunto de instrumentos pedagógicos que conformam a Pedagogia da Alternância. Rumo a caminhada do Bem Viver.

Em relação as **perspectivas para a juventude rural** o egresso Jessé Lima da Silva – coordenador da AJR que atualmente estuda Educação do Campo, defende a Educação como questão estratégica para o jovem permanecer e desenvolver o Campo.

A educação. Tudo começa pela educação. Então se o sistema educacional nos influencia que o campo é lugar de atraso, que a mídia vive diretamente nos influenciando a sair e a construir algo que é fora da nossa realidade, claro que as formas de educação também deve ser melhorada e que existem várias reformas na educação, mas que não convém e que não atende as especificidades nossas. E que as nossas realidades, quem conhece somos nós, então nós que somos os construtores dessa realidade. E conseqüentemente a partir da educação, é necessário que exista outras políticas públicas, principalmente na área da educação e da saúde, a participação da juventude em alguns debates, mais esporte e lazer, mais cultura. A valorização da cultura também é de extrema importância, porque às vezes é... nós sofremos um processo de cultura direto, às vezes esquecem a nossa própria cultura. É nos colocado que a cultura de fora, a cultura europeia, a cultura do Brasil é a que nós devemos considerar e que a cultura do nordeste, a nossa cultura do campo, as nossas peculiaridades não podem ser consideradas por conta do atraso, por uma questão dá maioria ser pobre (Entrevista concedida em 12 de outubro).

A questão da imagem e ideologia de atraso do campo e ausência de políticas públicas voltadas para juventude rural tem tornado o Campo menos atrativo e com poucas perspectivas avalia Graciléia de Brito Souza técnica da ACESA.

Primeiramente eu acho assim que a mídia e a própria educação de livros, e os governantes, eles teriam que ter uma... uma ideia totalmente diferenciada do que eles têm hoje, porque a imagem que hoje se tem do campo, ela é muito distorcida, pelas mídias sociais e pela sociedade brasileira, infelizmente. É como se o campo fosse lugar de miséria, o lugar que as pessoas não conseguem sobreviver, que não tem nada bom, né? Mas assim, eu acredito que tem que criar mais políticas públicas, né, que possa fortalecer as famílias que tão no campo, não só na questão econômica, mas as questões culturais, fazer resgate daquelas culturas que tem nas comunidades, valorizar isso, né? Dar infraestrutura pras pessoas que estão no campo, é valorizar isso, a formação, né, isso os livros também



eu acho... é importante que isso mude, e criar políticas públicas que façam com que as pessoas, é... permaneçam no campo, e que gostem disso, né, e que não ache que o campo é o fim do mundo (Entrevista concedida em 14 de outubro).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em especial a linha PRONAF Jovem é uma das alternativas de financiamento que pode dar um suporte financeiro para jovem implementar um projeto após formação nas EFAs. Dos/as egressos/as entrevistado nenhum acessou a referida linha crédito rural, em função da burocracia. A saída tem sido a atuação profissional em empresas de assistência técnica e extensão rural, organizações sociais, propriedade rural familiar. Mas, os jovens têm se organizado a partir da AJR e as demais organizações em busca de bolsas e políticas públicas que proporcione condições de desenvolvimento do meio rural.

5 BREVES CONSIDERAÇÕES

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) estão fundamentadas em quatro princípios, a saber: a Associação, a Pedagogia da Alternância, a Formação Integral e o Desenvolvimento Local. O desenvolvimento local é um dos princípios fundamentais, sendo uma das finalidades buscadas pelos processos formativos.

A educação é de fundamental importância para proporcionar a formação integral da pessoa humana com princípios do desenvolvimento sustentável, na perspectiva de garantir condições de vida para as gerações futuras.

As lutas pela vida colocam os/as índios/as, os/as camponeses/as, os/as negros/as e outros grupos sociais em permanente disputa pela defesa dos seus territórios. Estes embates se dão, sobretudo, com o agronegócio e com as empresas capitalistas, com conivência e indução do Estado. Desta luta surge uma série de iniciativas de resistências ancoradas na agricultura familiar, como é o caso das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e outros Movimentos Sociais como vimos aqui o caso da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e sua rede de organizações. Forjadas em estratégias de organização social apoiadas por lideranças políticas, intelectuais, pesquisadores (as), comunidades de bases, igrejas que se engajam em dinâmicas de assessoramento e fomento das diversas formas de estruturação para edificar as forças contra hegemônicas ao capital.



A Educação do Campo através da Pedagogia da Alternância emerge da necessidade do fortalecimento de políticas sociais, como a educação, com o caráter público, democrático e de qualidade socialmente referenciada, fundada em uma concepção diferenciada e voltada para atender os interesses dos segmentos mais subalternizados.

Avaliamos que a atuação dos/as jovens egressos das EFA's em âmbito local e regional em Movimento Sociais, organizações governamentais, atividades autônomas, tem sido de fundamental importância para o Desenvolvimento Local, superando inclusive as condições financeiras e ausência de políticas voltadas para a juventude rural.

A permanência do jovem no meio rural associada a questão da sucessão rural é um dos grandes desafios. Os possíveis caminhos (perspectivas) que podem ajudar o jovem a continuar no campo estão sendo encontrados pelos/as próprios/as sujeitos/as.

A rede de organizações sociais camponesas da Região do Médio Mearim – Maranhão constitui em experiências concretas e exitosas de Desenvolvimento Rural Sustentável. Vida Longa!

REFERÊNCIAS

ALMADA, F. A. C. **A experiência educativa de uma Casa Familiar Rural e suas contribuições para o desenvolvimento local.** 2005, 118 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará/NAEA, Belém, PA.

ARAUJO, H. F. A. **Estado/movimento sociais no campo:** a trama da construção de uma política pública no Maranhão. Manaus: UEA, 2013. 387 p.

BARBOSA, Z. M. Maranhão, **Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em nova roda de transnacionalização do capitalismo.** São Luís: EDUEMA. 2006. 160 p.

BRAMBATI, S. A. C. A luta e compromisso da ARCAFAR NE/NO do Brasil pela educação do campo no Maranhão. In: **Revista da Formação por Alternância**, Orizona, GO, n. 11, ano 6, p. 47 – 49, jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo.** Resolução CNE/CEB nº. 1/2002. Brasília, 2002.

CALIARI, R. O. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento local.** Lavras- MG: UFLA, 2002. 237 p. (MEPES).

DOWBOR, L. **O que é poder local.** 2 ed. rev. atual. São Paulo: Brasiliense, 2008. 95 p. (Coleção Primeiros Passos, nº 285).



GOHN, M.G. **Teorias dos Movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MARTINS, C. C. **Os deslocamentos como categoria de análise**: o garimpo, lugar de passar; roça, onde se fica e babaçu nossa poupança. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012. 220 p.

PUIG-CALVÓ, P; GIMONET, J. Aprendizagens e relações humanas na formação por alternância. In: BEGNAMI João Batista; DE BURGHGRAVE, Thierry. (Orgs.). **Pedagogia da alternância e sustentabilidade**. Orizona (GO): UNEFAB, 2013. p. 36 – 69.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO MARANHÃO - UAEFAMA. **A Pedagogia da Alternância e seu desenvolvimento na prática da UAEFAMA**: lugar de destaque nos processos de gestão e mobilização no campo da Pedagogia da Alternância. Bacabal: UAEFAMA. 2016. 35 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 220 p.